

ATA DA 32ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, no auditório da
2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS-SC), às 13h30min,
3 compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos– CEDH,
4 os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil**: Nadir Cardozo
5 dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Cynthia Maria Pinto da Luz
6 (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni
7 (Federação Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Anne Teive
8 Auras (Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina –
9 ADEPESC); Erli Camargo (Fundação Nereu Ramos – FINER) e Bruno Carlos de
10 Oliveira (Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região – ADVIR) e
11 **representantes governamentais**: Fabíola Andrade Schmitz (Secretaria de
12 Estado do Desenvolvimento Social – SDS); Tamiris Amaral Grazziotin (Secretaria
13 de Estado da Casa Civil – SCC); Deise C. Machado Souza (Secretaria de Estado
14 Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE); Rosimari Koch Martins
15 (Secretaria de Estado da Educação – SED); Elias Z. Romão (Instituto do Meio
16 Ambiente – IMA); Manuela Brandão da Silveira Ribeiro (Secretária Executiva do
17 CEDH-SC). **Ponto 1 da pauta. A plenária é aberta** pela presidenta do Conselho
18 Estadual dos Direitos Humanos – CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz, dando as
19 boas-vindas a todos, pedindo para que seja feita uma rodada de apresentações.
20 **Ponto 2 da pauta – Leitura e aprovação da ordem do dia.** Após as
21 apresentações, Cynthia (CDH) fez a leitura da pauta para aprovação. Em
22 sequência a presidente perguntou se alguém teria algum ponto a acrescentar. A
23 conselheira Rosi (SED) se manifestou dizendo ter um informe sobre o Instituto de
24 Memória e Direitos Humanos da UFSC; em sequência Cynthia (CDH) comunicou
25 que teria um informe sobre a fundação do Observatório de Direitos Humanos do
26 Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal de Santa Catarina
27 (UFSC) e por fim a Fabíola (SDS) apresentou o seu informe sobre o Comitê
28 Intersetorial onde foi discutido em reunião que aconteceu no presente dia, 14 de
29 novembro de 2019, a respeito das medidas Socioeducativas e, foi ponderado que
30 deveria ter alguém do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH,
31 integrando o Comitê em questão. Ficou a pauta desta forma aprovada por
32 unanimidade. Dando continuidade, a presidente Cynthia (CDH) passou para o
33 **ponto 3 da pauta**, onde pediu para que a Secretária Executiva fizesse a leitura
34 das justificativas de ausências. Após ser lida a justificativa do conselheiro Sidnei
35 Pavesi (ADVB), a presidente pediu a Secretária para que, especificamente esta
36 justificativa, fosse registrada em ata. O conselheiro supracitado justificou sua
37 ausência devido a dois motivos: o primeiro, relacionado a um alerta da Defesa
38 Civil quanto às fortes chuvas na cidade de Brusque tendo que ficar de sobreaviso
39 por 24 horas e o segundo, quanto ao valor da diária recebido pelo mesmo (uma
40 diária) para ficar dois dias no município de Florianópolis, e; praticamente tendo
41 que pagar para ser conselheiro, de acordo com a fala do mesmo. Finalizada a
42 leitura das justificativas, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Seguindo
43 a reunião foi introduzido o **ponto 4** da pauta sobre o **planejamento estratégico**.
44 A conselheira Erli (FINER) comentou que, em sua opinião, o plano parecia estar
45 um pouco misturado. A conselheira, a partir dessa constatação, sugeriu que fosse
46 feita uma revisão, pois a previsão era para este ano, ficando o próximo ano sem
47 uma prospecção. Erli (FINER) sugeriu ainda que para cada item fosse fixado um
48 prazo e, acrescentou que em sua opinião foram apresentados poucos itens para
49 um plano de um mandato completo. Por fim, Erli (FINER) sugeriu que a Comissão
50 de Políticas Públicas e Informação ficasse encarregada de trabalhar em cima
51 desta questão. Cynthia (CDH) lembrou a Erli (CDH) que anteriormente ficou

52 acordado que esse seria um trabalho da Mesa Diretora. Cynthia (CDH) finalizou
53 dizendo que embora seja um trabalho da Mesa que fosse encaminhado a todos
54 para possíveis contribuições. Dando continuidade a plenária, Cynthia (CDH)
55 questionou ao grupo se alguém teria informações sobre as Conferências:
56 Nacional, Estadual e Municipal de Direitos Humanos. A conselheira Erli (FINER)
57 se manifestou dizendo que haveria uma reunião (três dias) do Seminário do
58 Movimento Nacional de Monitoramento e que, provavelmente algum
59 encaminhamento sairia desse encontro. E, lembrou ainda da 4ª Reunião Ampliada
60 do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, que acontecerá dias 26 e 27
61 de novembro, onde provavelmente será dada alguma notícia. Cynthia (CDH)
62 finalizou este ponto reforçando que ficará a cargo da Mesa Diretora analisar o
63 plano com a máxima urgência possível. Nesse momento passa-se ao **ponto 5 da**
64 **pauta** que trata de notícias sobre a **ouvidoria**. Cynthia (CDH) passou a palavra
65 para a conselheira Tamiris (SCC) uma vez que a mesma tinha ficado responsável
66 por verificar a questão da ouvidoria. Tamiris (SCC) informou que o ouvidor da
67 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS) é o Gustavo Gallo, e
68 repassou seus dados para contato. Tamiris (SCC) comentou que conversou
69 diretamente como ouvidor geral do Estado, o senhor Guilherme Kraus. Cynthia
70 (CDH) comentou que no início deste ano não tinha ouvidor na Secretaria e que
71 provavelmente era item da Reforma Administrativa. Tamiris (SCC) informou que
72 esta previsão encontra-se disposta no Decreto nº 144/2019. Cynthia (CDH)
73 perguntou a Secretária Executiva se estão chegando denúncias para o conselho.
74 A Secretária Executiva respondeu que apenas uma denúncia chegou em mãos e,
75 nesse momento entrega o documento a presidente Cynthia. A presidente
76 esclareceu ao grupo que na gestão anterior chegavam muitas denúncias pelo e-
77 mail da Secretaria e o conselho se preocupava em abrir procedimentos e dar o
78 devido retorno. Cynthia (CDH) acrescentou ainda que o ouvidor anterior
79 encaminhava todas as demandas ao conselho e, finalizou sua fala dizendo que
80 atualmente, não há esse relacionamento entre conselho e ouvidoria e, da
81 importância deste, para que se dê o devido retorno aos interessados. As
82 conselheiras Tamiris (SCC) e Deise (SDE) fizeram alguns questionamentos em
83 relação às denúncias recebidas pelo conselho. Cynthia (CDH) esclareceu a
84 ambas que o papel do conselho diante de denúncias é acompanhar o caso, seja
85 por meio de um conselheiro ou de uma comissão para verificar a veracidade e
86 apuração dos fatos. Em sequência os informes são levados ao conhecimento do
87 conselho para que este decida que posição tomar diante dos fatos apresentados.
88 Nesse momento o conselheiro Bruno Carlos (ADVIR) informou ao grupo sobre a
89 questão da demora na entrega das carteirinhas do passe livre aos deficientes
90 visuais. Cynthia (CDH) pediu para que o conselheiro Bruno (ADVIR) formalizasse
91 a denúncia encaminhando a situação concreta. Fabeni (FECEC) informou que
92 esse assunto já está sendo discutido no Conselho Estadual dos Direitos da
93 Pessoa com Deficiência – CONEDE. **Encaminhamento:** Elaborar Ofício a ser
94 entregue ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
95 CONEDE sugerindo Resolução Conjunta de ambos os conselhos. Quanto à
96 questão da **ouvidoria**, o **encaminhamento** proposto pela presidente foi à
97 elaboração de Ofício a ser entregue ao Setor competente. Antes de ser
98 introduzido o ponto 6 da pauta, Cynthia (CDH) fez uma breve leitura da **denúncia**
99 entregue pela Secretária Executiva e decide-se que o **encaminhamento** a ser
100 dado seria seguir as recomendações posteriormente indicadas pela conselheira
101 Anne (ADEPESC) e esta faria um informe ao grupo. Em sequência a conselheira
102 Erli (FINER), diante da denúncia apresentada, pediu a palavra à presidente e
103 propôs que o conselho fizesse uma Minuta de protocolo de atendimento aos
104 municípios catarinenses e citou exemplo que vivenciou, onde o município
105 encontra dificuldades no procedimento de atendimento ao público e acredita que
106 este seja um problema presente em outros municípios catarinenses. Cynthia

107 (CDH) expôs que, em sua opinião, essa proposta seria legislar sobre a gestão
108 pública. E, não se pode impor ao gestor público adotar tal protocolo. Anne
109 (ADEPESC) diz ter conhecimento de que está sendo elaborado um protocolo de
110 vítimas de violência de forma fracionada. Anne (ADEPESC) comentou ainda que
111 existe um grupo de trabalho (GT) elaborando um protocolo para o idoso em
112 situação de violência coordenado pelo Ministério Público (MP) a nível estadual e,
113 a Defensoria está participando. Anne (ADEPESC) comentou ainda sobre as
114 reuniões do grupo de trabalho do Pacto Maria da Penha que está buscando
115 organizar uma rede mais articulada para atendimento às mulheres em situação de
116 violência. Anne (ADEPESC) finalizou sua fala propondo que o conselho participe
117 desses grupos de trabalho que estão sendo criados para formulação de um
118 protocolo estadual. Erli (FINER) reforçou a ideia de que no caso específico dos
119 municípios seja criado um protocolo que atenda todos os tipos de violações uma
120 vez que aqueles não estão organizados para fazer o atendimento. Nesse
121 momento, Cynthia (CDH) salientou que o problema encontra-se na falta de
122 estrutura do serviço público e não nas normas. Cynthia (CDH) apontou ser esta
123 uma tarefa complicada, pois o conselho teria que interagir com o Ministério
124 Público, Defensoria, com as Secretarias afins ou, como segunda opção, encontrar
125 uma representação dentro da articulação que já existe do conselho. Cynthia
126 (CDH) questionou a Anne (ADEPESC) se a mesma está participando de grupos
127 de trabalho. Anne (ADEPESC) respondeu que já está participando das reuniões
128 do idoso e da mulher. **Encaminhamento:** Cynthia (CDH) propõe que a
129 conselheira Anne (ADEPESC) compartilhe, na medida do possível, a sua
130 experiência estadual com o conselho e a conselheira Erli (FINER) socialize no
131 correio eletrônico do conselho um exemplo concreto para que em outro momento
132 volte-se a discussão. Dando continuidade a presidente passou para o próximo
133 ponto de pauta sobre a **discussão sobre o veto do governo federal quanto à**
134 **participação de psicólogos e assistentes sociais nas unidades**
135 **educacionais, ponto 6 da pauta.** A conselheira Rose (SED) se manifestou
136 dizendo que em sua opinião não é necessária a presença de psicólogos e
137 assistentes sociais nas escolas, mas de professores capacitados e que sejam
138 remunerados pela sua qualificação. Rose (SED) complementou sua fala dizendo
139 que em sua opinião deveriam existir profissionais suficientes, dentro de suas
140 áreas específicas para atender a demanda de alunos quando encaminhados
141 pelas escolas. Nesse momento Cynthia (CDH) questionou se foi vetado esse
142 projeto de lei também na área da saúde e a conselheira Rose (SED) disse não ter
143 conhecimento. Dando seguimento Cynthia (CDH) fez outro questionamento, sobre
144 porque foi vetado e se já havia participação desses profissionais nas escolas.
145 Rose (SED) respondeu que nas escolas particulares, nas escolas militares e em
146 alguns municípios se contratam esses profissionais. Rose (SED) complementou
147 sua fala dizendo que nas escolas estaduais e na maioria das escolas públicas é
148 muito raro contar com o auxílio desses profissionais. A conselheira, anteriormente
149 citada, finalizou informando não ter conhecimento do motivo do veto. Dando
150 continuidade, Cynthia (CDH) sugeriu que esse tema voltasse a ser discutido na
151 presença da senhora Yara (CRP) para fechamento do debate e passou para o
152 próximo ponto de pauta, **ponto 7**, que trata da leitura e aprovação ou alteração da
153 **Nota de congratulação pelo Agosto Lilás.** A presidente fez a leitura e
154 posteriormente abriu para possíveis contribuições. Em seguida a conselheira Erli
155 (FINER) fez a sua colaboração, sugerindo que fosse acrescentado ao texto que a
156 iniciativa fosse estendida para o mês de março, assim como ao dia 25 de
157 novembro (dia laranja) e os 16 dias de ativismo a partir desta data. Feita a
158 complementação ao texto a nota é então aprovada por unanimidade.
159 **Encaminhamento:** Publicação da Nota acima no site da Secretaria de Estado de
160 Desenvolvimento Social – SDS. Dando continuidade a reunião nesse momento foi
161 introduzido o **ponto 8 da pauta** onde será aberta discussão sobre Ofícios

162 recebidos pelo conselho. O primeiro a ser discutido foi o Ofício encaminhado pela
163 Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC). O segundo Ofício tratava a questão da
164 representação do Conselho Regional de Psicologia (CRP) que até o presente
165 momento não enviou indicação de seus representantes dentro da nova gestão. E
166 o último e terceiro Ofício encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos da
167 Assembleia Legislativa, porém o evento não ocorreu devido ao falecimento do ex-
168 deputado Antônio Carlos Vieira. **Encaminhamento:** Encaminhar Ofício em
169 resposta à solicitação da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) de acordo
170 com o que foi deliberado nessa plenária. Em sequência Cynthia (CDH) introduziu
171 o **ponto 9 da pauta** sobre o processo de **criação do conselho do imigrante**.
172 Nesse momento a Secretária Executiva explicou que um imigrante chamado
173 *Chery* esteve na sala dos conselhos e questionou a mesma sobre o andamento
174 do processo de criação de conselho do imigrante. A secretária informou ainda que
175 o mesmo solicitou, se possível, que fosse acrescentado como ponto de pauta da
176 próxima plenária do CEDH. Cynthia (CDH) sugeriu que este ponto de pauta fique
177 aguardando por enquanto, uma vez que haverá uma reunião da Comissão de
178 Direitos Humanos na Assembleia Legislativa onde esse ponto será objeto de
179 discussão. Cynthia (CDH) finalizou sua fala comunicando que provavelmente virá
180 uma nova convocação de reunião da Comissão de Direitos Humanos da ALESC e
181 expressou que por sua vontade, estará presente para verificar como se encontra
182 esta questão no estado. Dando continuidade a reunião, Cynthia (CDH) começou a
183 leitura dos **informes, ponto 10 da pauta**. O primeiro item a ser colocado pela
184 conselheira Rose (SED) foi sobre o Instituto de Memória e Direitos Humanos da
185 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Rose (SED) comunicou a todos
186 que o Instituto procurou a Secretaria de Educação para apresentar um curso de
187 formação sobre Direitos Humanos para os professores da rede estadual. Em
188 conversa com a mesma, os representantes do Instituto mostraram interesse em
189 estar participando da reunião do conselho (CEDH) para apresentar o Instituto. A
190 conselheira Rose (SED) informou que passou o e-mail do conselho para que
191 entrassem em contato. A Secretária comunicou que não havia recebido nada a
192 respeito. Rose (SED), acrescentou ainda que o Instituto está criando um
193 observatório de Direitos Humanos. Nesse momento, Cynthia (CDH) comunicou
194 que esteve presente no Fórum da Universidade Federal na fundação do
195 observatório de direitos humanos do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), fundado
196 pela professora Sandra Leal. Cynthia (CDH) complementou sua fala informando
197 que se trata de um projeto de extensão do curso de direito. Cynthia (CDH) relatou
198 que estavam presentes: a Secretária Maria Elisa (SDS), a professora
199 anteriormente citada, um pró-reitor da UFSC, um representante da OAB e a
200 própria Cynthia, representando o CDH de Joinville. Cynthia (CDH) expôs ainda
201 que foram apresentadas 3 (três) palestras sendo uma delas a sua, sobre “Justiça
202 de transição”. Cynthia (CDH) finalizou esse informe destacando a importância de
203 se firmar parcerias dentro do atual cenário de exaltação ao período militar para
204 que se faça um resgate da memória do que aconteceu naquele período. Cynthia
205 (CDH) informou que existe uma página dentro do facebook referente ao
206 observatório – *Fundação observatório da democracia e direitos humanos da*
207 *UFSC*. **Encaminhamento:** A conselheira Rose (SED) entrará em contato com o
208 Instituto para convidá-los a participar da próxima plenária que acontecerá dia 12
209 de dezembro. No próximo informe, sobre o Comitê Intersetorial Socioeducativo,
210 Cynthia (CDH) passou a palavra para a conselheira Fabíola (SDS). Fabíola (SDS)
211 fez um comunicado sobre a reunião que aconteceu no presente dia, 14 de
212 novembro de 2019, do Comitê anteriormente citado, onde um dos pontos
213 discutidos foi fazer um levantamento de quais as instituições/ setores que
214 deveriam fazer parte do referido Comitê e, um dos indicados, foi o conselho de
215 direitos humanos (CEDH). A conselheira antecipou a informação de que
216 provavelmente este conselho receberá um convite e, aproveitou a oportunidade

217 para informar que no dia 10 de fevereiro de 2020, às 13h30, acontecerá na sede
218 da Secretaria de Administração Prisional (SAP), reunião do Comitê. A conselheira
219 Anne (ADEPESC) comunicou que o conselheiro João Coutinho (ADEPESC) já
220 participa deste Comitê, representando a Defensoria. Cynthia (CDH) sugeriu que
221 seja aguardado o convite formal para ser repassado ao conselheiro João
222 (ADEPESC), porém colocou que seria interessante mais uma representação do
223 conselho. Nesse momento, Erli (FINER) fez um breve comentário a respeito do
224 seu informe quanto ao edital do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
225 Adolescente – CEDCA, colocado pela conselheira no grupo de WhatsApp do
226 conselho (CEDH), aberto as inscrições para as entidades, do dia 11 de novembro
227 ao dia 11 de dezembro de 2019, para ajudar na divulgação do mesmo. E,
228 finalizando a plenária, Cynthia (CDH) questionou sobre a **vice-presidência**, que
229 se encontra **vacante**. A presidente se manifestou perguntando a conselheira
230 Fabíola (SDS) se a mesma não aceitaria ocupar a cadeira. Fabíola (SDS) se
231 prontificou a ajudar até que seja ocupado o cargo da gerência. **Ponto 11**
232 **encerramento**. Cynthia (CDH) finaliza a reunião agradecendo a todos (as)
233 presentes. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual,
234 após lida e aprovada, será devidamente publicada no portal da SDS-SC.

235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254